



Wanderley Guilherme dos Santos

Cientista político

Exercício na ponta do lápis Nº 2

A eleição direta para presidente da República, em 1989, não a qualifica como normal, típica, crítica ou para qualquer estudo comparativo, nem mesmo com eleições disputadas depois de longo tempo de exceção, seja a eleição em 1945, pós-ditadura getulista, ou o retrocesso outonal em seguida à Primavera Árabe. O grande número de candidatos perfilados no primeiro turno, entre os quais nomes consagrados na luta contra a ditadura, terminaram surpresos com a expectativa de que o vencedor só seria conhecido depois de um segundo turno, confrontando um meteórico e estabonado outsider, Fernando Collor, e um torneiro mecânico, Luiz Inácio Lula da Silva, barbudo e, conforme as camisetas de sindicalista, frequentemente de maus bofes. Lula, combativo líder dos movimentos operários do ABC paulista, representava o Partido dos Trabalhadores, sem antecedentes aparentados

no sistema pré-1964 e sem rede nacional de diretórios ou filiações. Contudo, revelou-se adversário altamente competitivo, obtendo 29,5% dos votos no Norte, 44,3% no Nordeste, 49,3% no Sudeste, mas tendo derrotado largamente o oponente por 72,9% contra 27,1% no estado do Rio de Janeiro, diferença só inferior às obtidas por Collor em Roraima, Tocantins e Alagoas. Collor ainda venceu as eleições no Centro-Oeste, mas perdeu para Lula no Sul, que obteve excelentes votações em Santa Catarina e, especialmente, no Rio Grande do Sul. A difusão estadual de votos, mesmo em se tratando de livre retomada das eleições, continha escassa informação sobre identificável distribuição de preferências partidárias.

As sucessivas eleições de 1994 e 1998 se caracterizaram como vitórias por avalanche de votos. Nesse tipo de eleição, o vencedor obtém superioridade em praticamente todos os colégios eleitorais, em alguns deles com extraordinária van-

tagem. Eleições desse tipo não são propriamente incomuns, mas é possível que existam pouquíssimos casos em que ocorram em duas eleições sucessivas e com os mesmos candidatos. Foram vitórias atípicas e inusitadas, considerando o desempenho razoável do derrotado, Lula, na eleição de 1989. Em 1994, Lula só conseguiu sobrepujar Fernando Henrique Cardoso no estado do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, onde também batera Fernando Collor, em 1989. Em 1998, com outra vitória de Fernando Henrique em primeiro turno, Lula conseguiu ultrapassar Fernando Henrique em três estados: Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Um do Nordeste, outro do Sudeste e o terceiro, do Sul.

Exame atento dos números compilaria substancial progresso no desempenho do perdedor, entre a primeira e a segunda derrota. Em 1994, além das duas unidades federativas em que venceu (Rio Grande do Sul e Distrito Federal), Lula obteve mais de 30% dos votos locais em quatro estados: Pernambuco e Sergipe (37% cada um); Bahia (35%) e Pará (31%). Em 1998, foram nove os estados, além dos três em que saiu vencedor, nos quais Lula alcançou mais de 30% dos votos locais: Amapá (39%); Santa Catarina (37%); Bahia e Sergipe (35% cada um); Paraíba (34%) e Acre e Pernambuco (31% cada um). A penetração nacional prosseguia, movimento mais do que evidenciado nas eleições proporcionais para a Câmara, em Brasília: de oito deputados eleitos em 1982, o PT dobrara a representação para 16 deputados, em 1986, e praticamente repetira o feito, em 1990, com 35 representantes eleitos. Em 1994, ano de sua primeira derrota presidencial por avalanche, o PT aumentou em 30% a representação na Câmara (45 deputados eleitos) e mais ou menos 30% em 1998 (bancada de 58 deputados), ano da segunda derrota presidencial por avalanche. Na eleição crítica de 2002, em que o candidato presidencial do PSDB, José Serra, só venceu em um estado, o nordestino Alagoas, a representação parlamentar do PT cresceu em mais de 60%, passando a ter 91 deputados. O caráter nacional do partido estava mais do que consolidado, bem posicionado nas Assembleias de vários estados e se expandindo organizacionalmente pelos municípios.

Essas observações preliminares pertencem ao presente exercício porque ajudarão a desdobrar o argumento de “Onde nascem os votos” com a demonstração de que a polarização

eleitoral entre um Nordeste pobre e petista e um Sudeste-Sul esclarecido e antipetista é destituída de suficiente comprovação empírica.

Os resultados na ponta do lápis de “Onde nascem os votos” — Necon-lesp-Uerj (27/08/17) conduziram à importante conclusão de que se encontra no Sudeste, não Norte ou Nordeste, a maior contribuição proporcional para a votação nacional total dos candidatos presidenciais Lula 1, Lula 2, Dilma 1 e Dilma 2. Aqui se apresentarão evidências revelando a falsa polarização Nordeste-Sudeste que mistifica, de fato, a polarização entre o eixo São Paulo-Norte e a maioria do resto do país, o que inclui todos os demais estados do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), a maioria do Nordeste e um dos três estados do Sul (Rio Grande do Sul). Por fim, retificando classificação anterior, e para surpresa dos que acreditam em versões mais do que em fatos, não é o PT, mas o PSDB que detém hegemonia nos atrasados estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desde 2006, ano em que, alegadamente, o Sudeste ilustrado teria empurrado o PT para os “confins” do Norte-Nordeste.

Nas eleições de 2002, e sempre considerando os resultados do primeiro turno, o candidato derrotado, José Serra, do PSDB, só superou Lula em um estado e, ironicamente, do Nordeste: Alagoas. Lula foi vitorioso no Norte, no Nordeste (fora Alagoas), no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. Em 2006, o derrotado foi Geraldo Alckmin, tendo vencido no primeiro turno nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, no Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e, por mínima margem, Rio Grande do Sul, desvio largamente revertido no segundo turno. A mistura, em eleição representando alegadamente um divisor de águas entre eleitorados esclarecidos e iletrados, a de 2006, resultou estranha: em 11 vitórias, Alckmin obteve sete delas (mais de 50%) no Norte e no Centro-Oeste.

A hegemonia Tucana permaneceu sólida no Acre e no Centro-Oeste, em 2010, e outra vez José Serra, agora contra Dilma Rousseff, foi vitorioso em cinco estados — Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima —, apenas um no Sudeste, São Paulo, e dois no Sul: Paraná e Santa Catarina. Finalmente, em 2014, a reserva Tucana de votos no Norte e Centro-Oeste continuou imbatível, tendo Aécio Neves, candidato do PSDB, vencido em Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (que não deixa

de ser, eleitoralmente, Centro-Oeste). Os demais membros do coquetel peessedebista, em 2016, foram dois estados do Sudeste, Espírito Santo e São Paulo, e dois do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Esses são os fatos da vida eleitoral brasileira em relação às eleições presidenciais desde Fernando Collor. Para enfatizar a falta de qualquer sentido plausível da tese de uma “polarização” Sudeste versus Norte-Nordeste, registre-se que os candidatos do Partido dos Trabalhadores venceram os pleitos presidenciais em todos os estados do Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo – este desviando em 2014), desde 2002, menos em São Paulo a partir de 2006. Entre os três estados do Sul, os candidatos do PT conquistaram vitória no Rio Grande do Sul em todas as eleições presidenciais, com exceção da eleição de 2006 (em que venceram, todavia, no segundo turno, mas a análise mantém-se fiel à regra do primeiro turno). Obviamente, não existe impedimento lógico ou empírico a que, em algum momento, ocorra a distribuição polar sugerida, mas a história eleitoral recente do país não a sustenta.

É certo que o número de estados do Nordeste, nove, supera os sete da soma Sudeste e Sul. Mas a tese da polarização não se dá conta de que a concentração de votos no Nordeste é bastante inferior à do Sudeste e, neste, o PSDB só é majoritário em um dos quatro estados, e em duas das três unidades do Sul. Aos três estados “avançados” do Sudeste-Sul, em sete, devem ser acrescentados cinco, dos sete nortistas, também reiteradamente peessedebistas. Contrariamente, os candidatos presidenciais petistas têm obtido maioria em três dos quatro estados do Sudeste, um da região Sul, e em apenas duas (Amazonas e Pará) das sete unidades do Norte. No Nordeste o PT reproduz a hegemonia do PSDB no Norte, vencendo nas nove unidades da Federação, com exceção da vitória de José Serra, em Alagoas, na eleição de 2002. Em suma: os ilustrados têm contado com um estado no Sudeste (São Paulo), dois no Sul e cinco na região Norte; os iletrados contaram com três, dos quatro estados no Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a exceção da eleição de 2014 no Espírito Santo), um no Sul, nove no Nordeste e dois no Norte. Tal partição mantém-se relativamente estável desde 2006, ano da suposta eleição divorciando o ilustrado Sudeste do iletrado Nordeste.

Na perspectiva dos presentes exercícios, a eleição de 2006 não seccionou nenhum eleitorado de outro. O resultado

importante refere-se à retificação operada na verdadeira eleição crítica de 2002, em que o extenso eleitorado brasileiro reverteu a incomum avalanche eleitoral dos pleitos de 1994 e 1998. Sem prejuízo dos méritos pessoais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o espetacular êxito da reforma monetária com a introdução do “real” contribuiu decisivamente para o sucesso do PSDB nas eleições dos anos noventa. Com a quase fatal naturalização dos fenômenos sociais, contudo, o sucesso do “real” virou hábito, rotina, e a atenção pública dirigiu-se a outros incômodos. Expressa a insatisfação com o governo Fernando Henrique Cardoso o maior número de estados em que foi batido por Lula na reeleição, em 1998. Três anos depois da segunda vitória por avalanche, a insatisfação crescente mostrou-se nos reduzidos índices de apoio ao final de seu governo e, posteriormente, na eleição crítica de 2002, em que seu candidato perdeu, também por avalanche, na maioria dos estados do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

A

moderação retificadora do excesso crítico de 2002 revelou-se no resultado das eleições de 2006, seguido por duas eleições consideravelmente normais, em comparação com a retificadora de 2006, e, por essa comparação, nem remotamente aparentadas às eleições de 1994, 1998 e 2002. O número de eleições presidenciais concorridas desde a Constituição de 88, nas quais pelo menos três delas geraram resultados incomuns, é insuficiente para uma discussão peremptória dos padrões de voto dos brasileiros. Convém, em consequência, evitar teorias precipitadas sobre paralelepípedos desconjuntados, sendo mais provável que resultem inconsistentes com o conjunto de informações disponíveis, ainda que parco. Se não há fundamento empírico sólido para teorias generalizantes, a presente base factual basta para revelar a fragilidade de teses ligeiras.

Naturalmente, a distribuição das vitórias estaduais não mostra senão a epiderme da geografia eleitoral das eleições para presidente. Ainda assim, a evidente inferioridade do PSDB diante do PT em três dos quatro estados do Sudeste e em um do Sul, por um lado, e sua hegemonia no Norte e Centro-Oeste, por outro, não são realidades que a supremacia do PT nas nove unidades nordestinas permita aos adeptos da polarização desprezar. Afinal, o PSDB também possui

razoável capacidade de extrair votos na região: conseguiu o equivalente a $\frac{1}{4}$ dos votos dados aos candidatos petistas no Maranhão em 2002, 2006 e 2010; a quase 50% dos votos do PT no Piauí, no Rio Grande do Norte (exceto em 2014), e na Paraíba; em Alagoas e Sergipe os candidatos petistas, além da derrota para Serra em 2002, venceram com dificuldade os demais embates com o PSDB, à exceção de 2014. O clichê de que a geografia eleitoral é complexa, comporta desvios, não desculpa a violenta simplificação que a extrema tese da polarização geográfica advoga. A tese não acomoda alguns desvios, simplesmente contraria fortemente as evidências. Como sugerido no anterior “Onde nascem os votos”, a análise deve ser cordata diante de fatos incontroversos.

O modelo de oferta e demanda por representação isola o impacto agregado das abstenções, votos brancos e nulos (alienação eleitoral), tornando comparativos os resultados partidários entre duas ou mais eleições, independentemente das respectivas taxas de alienação. O modelo também presume ter validade geral, aplicável a praticamente todos os partidos, independentemente de tamanho ou inclinação ideológica: quanto maior o número de candidatos de uma legenda, maior a probabilidade de conquistar vitórias. É aceitável a exceção de que partidos de reduzida votação apresentem um ou dois candidatos, em sistemas proporcionais, evitando a dispersão de seus eleitores. Em casos semelhantes, vale o contrário da previsão do modelo: quanto maior o número de candidatos, menor a probabilidade de obter vitórias. Da generalização, segue-se uma inferência ajustada à comparação do desempenho de partidos em eleições sucessivas: maior ou menor número de candidatos entre as eleições produzirá simétrica proporção entre o número de vitórias (derrotas) alcançadas nessas eleições.

Investigações futuras continuarão testando a robustez do modelo de oferta e demanda por representação, enriquecendo-o com peculiaridades operacionais em distintos contextos competitivos. Neste exercício, a incógnita refere-se aos resultados eleitorais, por estado, responsáveis pelas principais leituras da Tabela 2 do primeiro documento “Onde nascem os votos”: a) crescente participação proporcional dos votos nortistas e nordestinos na votação nacional de Lula e Dilma, nas quatro eleições presidenciais; b) relativa estabilidade na

contribuição do Sul e Centro-Oeste; e c) a tendência cadente na contribuição proporcional de São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste.

A Tabela 1 do presente “Exercício na ponta do lápis 2” mostra proporções correspondentes a cada estado na votação nacional total dos dois candidatos, Lula e Dilma, nas quatro eleições. Tal como no exercício do primeiro “Onde nascem os votos”, só foram incluídos na Tabela 1 as unidades federativas em que os candidatos obtiveram número igual ou superior a 300.000 votos. Por isso, o número de estados registrados na Tabela 1 não corresponde ao número total de estados da Tabela 1 de “Onde nascem os votos”.

O primeiro resultado relevante informa que nem Lula nem Dilma sempre obtiveram votação igual ou acima de 300.000 votos em todas as unidades da Federação. Em 2002, Lula só ultrapassou a marca de 300.000 votos em 21 unidades, incluindo o Distrito Federal. Entretanto, Lula e Dilma ultrapassaram o patamar dos trezentos mil em 24 colégios estaduais nos três pleitos posteriores. Sabendo-se que Acre, Roraima e Amapá, completando os vinte e sete colégios, não possuem eleitorado superior a 300.000, comprova-se a capacidade do PT em obter votação superior ao patamar escolhido em todas as unidades da Federação em que era possível conquistá-los.

Os três estados barrados pelo filtro dos 300.000 mil votos também devem ser excluídos nas votações de José Serra, Geraldo Alckmin, outra vez José Serra e Aécio Neves. Mesmo assim, verifica-se que José Serra obteve menos de 300.000 votos em sete dos demais estados (em 2002); Geraldo Alckmin, em dois estados (Amazonas e Tocantins); José Serra também em dois (Amazonas e Tocantins); e Aécio Neves não superou 300.000 votos em quatro estados: Tocantins, Piauí, Pernambuco e Sergipe. Por mera contagem, portanto, aplicado o filtro dos 300.000 votos, observa-se que o alcance nacional do Partido dos Trabalhadores tem sido superior ao do PSDB.

Evidências de natureza estatística são quase sempre rombudas em demasia para justificar interpretações substantivamente significativas. Elas são indispensáveis, contudo, para delimitar com clareza o perfil dos problemas, etapa investigativa que, se cumprida defeituosamente, compromete desde logo o sucesso final da análise; mas são impotentes na descoberta das conexões de sentido entre fenômenos rigorosamente demarcados, exceto se providas de contexto conceitual apropriado. Em consequência, os resultados alcançados

TABELA 1

VOTAÇÃO PETISTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 A 2014 – 1º TURNO, NOS ESTADOS EM QUE OS VOTOS DADOS AO CANDIDATO DO PT FORAM IGUAIS OU SUPERIORES A 300.000

(Nº DE VOTOS ESTADUAIS SOBRE O TOTAL DE VOTOS NACIONAIS DADOS AO CANDIDATO) (%)

UF	LULA 2002	LULA 2006	DILMA 2010	DILMA 2014
AM	–	2,3	2,1	2,1
PA	2,7	3,5	3,6	4,7
MA	2,2	4,6	4,4	5,1
PI	1,6	2,3	2,3	2,9
CE	3,8	6,0	5,8	7,1
RN	1,5	2,0	1,8	2,3
PB	1,9	2,7	2,2	2,7
PE	4,3	6,4	5,8	4,9
AL	–	1,3	1,5	1,6
SE	–	–	1,1	1,4
BA	7,4	9,2	8,8	10,0
MG	13,0	11,0	11,0	11,2
ES	1,8	2,0	1,5	1,5
RJ	8,4	9,0	7,9	6,9
SP	23,4	17,3	18,4	13,7
PR	6,5	4,5	4,9	4,6
SC	4,4	2,4	2,9	2,6
RS	6,8	4,4	6,3	6,4
MS	–	–	1,1	1,2
MT	1,3	1,2	1,4	1,4
GO	2,7	2,5	2,7	2,4
DF	1,5	–	–	–

TABELA 2

VOTAÇÃO DO PT NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 A 2014 – 1º TURNO

(Nº DE VOTOS ESTADUAIS SOBRE O TOTAL DE VOTOS NACIONAIS DO CANDIDATO) (%)

UF	LULA 2002	LULA 2006	DILMA 2010	DILMA 2014
RO	–	0,7	0,7	0,8
AC	0,7	0,3	1,7	0,3
AM	1,3	2,3	2,1	2,1
RR	0,2	0,1	0,1	0,2
PA	2,7	3,5	3,6	4,7
AP	0,3	0,3	0,3	0,5
TO	–	0,8	0,8	0,9
MA	2,1	4,6	4,4	5,1
PI	1,6	2,3	2,3	2,9
CE	3,4	6,1	5,8	7,1
RN	1,5	2,0	1,8	2,3
PB	1,9	2,7	2,2	2,5
PE	4,2	6,4	5,8	4,9
AL	0,8	0,1	1,5	1,6
SE	0,9	1,0	1,7	1,4
BA	7,4	9,2	9,7	9,9
MG	12,7	11,1	10,6	11,2
ES	1,8	2,0	1,5	1,5
RJ	8,3	8,8	7,9	6,9
SP	23,1	17,3	18,4	13,7
PR	6,4	4,5	4,9	4,7
SC	4,4	2,4	2,9	2,6
RS	6,7	4,4	6,3	6,7
MS	1,1	0,9	1,1	1,2
MT	1,3	1,2	1,4	1,4
GO	2,7	2,5	2,7	2,4
DF	1,5	1,1	1,0	0,8



pelos Exercícios 1 e 2, do primeiro documento “Onde nascem os votos”, bem como os constantes do presente Exercício na Ponta do Lápis II, coletam informações estatísticas de impacto relevante na avaliação de teses sobre o comportamento eleitoral brasileiro, mas ainda insuficientes para entendimento complexo dos fenômenos estatisticamente retratados.

Dir-se-ia que a etapa estatística é, todavia, básica e quase que exaustiva na demonstração dos equívocos de interpretações substantivas. É enorme o poder de veto estatístico a elucubrações teóricas de rigor combalido. Mas constitui apenas a etapa básica na elaboração de argumentos teóricos válidos. Estes exercícios esclarecem a verdadeira tessitura de alguns tópicos de análise eleitoral sem reivindicar competência para interpretações associativas entre estágios econômicos, tipos de estrutura social e distribuição de preferências do eleitorado. O instrumental de investigação e as evidências suplementares exigidos por hipóteses fecundas sobre decisões de voto ultrapassam as fronteiras dos presentes exercícios. Mas presume-se que as estatísticas aqui utilizadas são suficientes para sustentar conclusões sobre o desempenho eleitoral de dois dos maiores adversários na disputa pela Presidência da República.

Parte das descrições e interpretações a seguir se sustentam na decisão de arbitrar em 300.000 votos o patamar mínimo para computar a votação estadual dos candidatos como proporção das respectivas votações nacionais. Uma distribuição igualitária dos votos dos candidatos pelas unidades da Federação corresponderia ao total nacional de votos dividido pelo número de unidades (27, no caso). Ocorre, entretanto, que os valores resultantes são completamente irrealistas em qualquer tipo de eleição em qualquer sistema. No Brasil, a divisão da votação presidencial do PT pelas 27 unidades apontou os seguintes números médios de votos: 1.460.617, em 2002; 1.727.659, em 2006; 1.762.780, em 2010; e 1.601.090, em 2014. Tomá-los como referência para avaliar o equilíbrio na distribuição estadual dos votos seria, obviamente, insensato.

Arbitrei inicialmente ordenar os estados segundo um patamar mínimo de 500.000 votos por partido, mas verifiquei ser muito exigente, desvirtuando, para menos, a participação dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de eleitorados comparativamente reduzidos. Então, escolhi o mínimo de 300.000 votos, correspondendo a 3,7% da votação total dos

candidatos Lula e Dilma, em qualquer das quatro eleições. Por lógica aritmética, qualquer número dividido por 27 produzirá um número correspondente a 3,7% do número original, seja qual for o valor deste (a regra geral enuncia que, em divisões, mantido fixo o divisor, qualquer dividendo maior do que o divisor produzirá um resultado equivalente a uma porcentagem constante do dividendo, independentemente do valor deste). No caso, 3,7% ainda corresponde a frações bastante elevadas da votação total – o que é uma desvantagem como métrica para comparação direta entre os estados –, mas permite comparações tecnicamente aceitáveis entre 3,7%, tomado como referência paramétrica de igualdade, e as porcentagens obtidas pelas votações reais dos estados.

As porcentagens estaduais desse Exercício II, tal como nos exercícios anteriores, estão ponderadas pela votação nacional do partido, não pelas votações estaduais. A Tabela 2 completa os claros da Tabela 1 e permite análise diferenciada das votações dos estados por novo ângulo. A forma adequada de compará-las consiste em verificar a evolução das porcentagens de cada estado na trajetória de aproximação, superação ou afastamento do 3,7% paramétrico. Acredito que as comparações não expressem resultados estatisticamente fabricados e que a distância das diferenças entre os estados se mantenha relativamente estável, independentemente da referência paramétrica de igualdade por ventura selecionada.

Feitas as ressalvas, segue-se uma leitura plausível da Tabela 2 deste exercício II. O objetivo imediato foi identificar os estados responsáveis pela distribuição da contribuição percentual das regiões para a votação total de Lula e Dilma, registrada na Tabela 2 de “Onde nascem os votos”, na qual as regiões Sudeste-Sul, somadas, aparecem como contribuindo proporcionalmente mais para as vitórias petistas do que as regiões Norte-Nordeste somadas. Naquele exercício apresentaram-se os argumentos para rejeição da hipótese corrente de uma nordestinização do PT, carente dos votos ilustrados do Sudeste-Sul, agregados por região. Aqui se investigam os eleitorados responsáveis pela solidez da rejeição à hipótese.

Identificando os estados em que a votação dos candidatos se manteve relativamente nula, estável, oscilante, crescente ou cadente em relação a 3,7%, independente da região, observa-se:

1) Em oito unidades da Federação, a relação entre a participação relativa na votação total e o percentual paramétrico de igualdade participativa foi residual, praticamente nula: Roraima, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal;

2) De proximidade estável, porém baixa, em relação ao percentual paramétrico aparecem os estados do Piauí, Goiás e Amazonas;

3) Oscilantes com viés de afastamento encontram-se o Rio Grande do Norte e a Paraíba;

4) Quatro estados mostram uma clara tendência de afastamento da igualdade paramétrica: Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina;

5) Estáveis em posições mais próximas da igualdade paramétrica ou em direção a maior proximidade encontram-se o Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em minha interpretação, ainda não cabe um juízo mais assertivo sobre eventual dispersão ou convergência dos eleitorados estaduais em relação a um centro paramétrico. As oito unidades consideradas com participação residual ou nula decorre da relativa estabilidade da posição, isto é, sem revelar inequívoca tendência para afastamento ou aproximação ao centro paramétrico, e não porque sejam de reduzido valor numérico. O Rio Grande do Norte e a Paraíba, por exemplo, aparecem com tendências de afastamento, embora também apresentando baixos valores percentuais de participação na votação total dos candidatos presidenciais. As trajetórias de claro afastamento e clara aproximação também agregam unidades com distintas participações relativas na votação nacional do PT. São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, com elevadas participações relativas na votação nacional, notoriamente se afastam do centro de igualdade paramétrica.

Não obstante a inegável parcela de subjetividade na classificação dos desempenhos, a distribuição dos estados em função de aproximação ou fuga de um centro paramétrico parece consistente, descrevendo o caráter fluido da participação dos estados no resultado final das eleições. Em consequência, implica elevada perda de informação forçar a redução de múltiplas e heterogêneas trajetórias a bipolaridades estanques. Dos itens alinhados em 4 e 5, na classificação apresentada, surgem famílias por assim dizer “bastardas”: um estado nordestino, dois do Sudeste e um da região Sul

trilham caminhos paralelos bem parecidos, no alinhamento em 4. Em 5, um estado do Norte junta-se a três do Nordeste, um do Sudeste e dois do Sul na configuração de trajetória similar. Portanto, a contribuição dos estados para os resultados presidenciais do PT nas quatro eleições resulta de dinâmicas variadas, acrescentando complexidade, antes que retirando, ao mosaico eleitoral brasileiro. Tendo presente essa conclusão, convém retomar a análise da relação entre o total de votos estaduais conseguidos pelo PT e a votação nacional do partido.

É indispensável registrar que a variação ao longo do tempo no número absoluto de votos presidenciais não se reflete automaticamente na proporção relativa de cada estado na votação nacional dos candidatos. Essa relação é essencialmente distinta daquela verificada entre número de candidatos a prefeito e vereanças e a probabilidade de se obterem os lugares em disputa. O número de lugares a preencher é singular – a Presidência da República – e, na rara eventualidade em que um partido concorre à vaga com mais de um candidato, a probabilidade de vitória se reduz, ao contrário da probabilidade conectando maior número de candidatos e maior número de vitórias.

Os votos dados a um candidato presidencial correspondem a uma porcentagem absoluta do eleitorado de cada estado, mas não em relação à votação total nacional do candidato. A ponderação dos votos de cada unidade federativa é função a posteriori do peso dos demais estados. Por exemplo, embora a votação de Dilma Rousseff em Minas Gerais, na eleição de 2014, tenha sido inferior à que extraiu em 2010 (veja Tabela 1 de “Onde nascem os votos”), ela contribuiu, entretanto, proporcionalmente, com 0,2 ponto percentual a mais, em 2014, do que a contribuição da votação de 2010. Na Bahia, um aumento singelo no número absoluto de votos (veja Tabela 1 de “Onde nascem os votos”), entre uma e outra disputa presidencial, resultou em substancial acréscimo na contribuição proporcional do estado (mais 1,2 ponto percentual), nas mesmas eleições sucessivas de 2010 e 2014.

Em outras unidades, a redução na contribuição proporcional expressou de forma bem mais simétrica a magnitude da queda no número de votos – é o caso do Rio de Janeiro, em que o PT perde grande quantidade de eleitores, desde 2006, quando

sua contribuição ao total nacional correspondeu à proporção relativa de 8,8% de votos em Lula, aos 6,9% relativos obtidos por Dilma, em 2014. Em número de votos, a votação em Dilma, em 2014, equivaleu a uma perda de 20% da que recebeu em 2010, enquanto a perda relativa entre os 8,8%, de Lula de 2006, e os 6,9%, da Dilma de 2010, correspondeu a uma redução de 23,3% de apoio relativo.

O mesmo ocorreu em São Paulo, que, em 2010, proporcionou uma participação relativa de 18,4% no total da votação nacional em Dilma, caindo para 13,7% relativos, em 2014. Em estatística de votos, Dilma Rousseff perdeu, em 2014, 32% dos votos que conquistara em 2010, em São Paulo, equivalentes a uma queda de 25,5% em pontos percentuais. Observação crucial relativa ao tema da concentração geoeconômica do tipo de votos (ilustrados ou atrasados) não fossem os 13,7% de contribuição relativa ainda gerada em São Paulo, e dos 6,9% do Rio de Janeiro, mesmo em dinâmica cadente (vide alinhamento em 4) não haveria unanimidade Norte-Nordeste capaz de assegurar a difícil vitória alcançada em 2014.

A variação do peso das votações estaduais ponderadas pela votação total dos candidatos (a análise vale para qualquer partido com candidaturas presidenciais, não sendo peculiar ao Partido dos Trabalhadores) constitui informação relevante para interpretações de resultados eleitorais, dotando-as de sofisticação, reavaliando o significado dos indicadores de participação estadual com referência ao centro paramétrico de igualdade e, finalmente, identificando a hierarquia de mudanças locais (estaduais) na composição agregada dos apoios aos partidos ou candidatos.

A expectativa otimista de partidos como o PT, confiante no volume absoluto de votos conquistados em certas unidades da Federação, traduzido em algumas espetaculares percentagens locais de votos, desconsidera o desastre que o peso proporcional dos votos cadentes em regiões populosas e hostis pode causar. Um partido de centro-esquerda que afunila mensagens e prestigia aspirações e demandas de restrito grupo ocupacional – ou mesmo numeroso, porém constituído por heterogêneo e disperso conjunto de desvalidos – se arrisca ao isolamento político e ao jesuitismo ideológico. ●

wanderleyguilhermedossantos@gmail.com